

PROGRAMA SER CRIANÇA

RELATÓRIO ANUAL

2008

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA
 2. SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA
 - 2.1. MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJECTOS
 3. EXECUÇÃO DO PROGRAMA
 - 3.1. EXECUÇÃO FÍSICA
 - 3.1.1. Distribuição Geográfica dos Projectos
 - 3.1.2. Tipo de Entidades
 - 3.1.3. População Directa e Indirecta
 - 3.1.4. Actividades Desenvolvidas
 - 3.1.5. Resultados
 - 3.1.6. Tipo de Conselho de Parceiros
 - 3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA
 4. AVALIAÇÃO QUALITATIVA
- ANEXOS

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Visitas de acompanhamento efectuadas em 2008	Pág. 7
Quadro 2: População Directa – Crianças e Jovens – Ano 2008	Pág. 9
Gráfico 1: Distribuição geográfica dos projectos – Ano 2008	Pág. 8
Gráfico 2: Tipo de Entidades Promotoras – Ano 2008	Pág. 9
Gráfico 3: Percentagem de crianças e jovens apoiados directamente, segundo o escalão etário – Ano 2008	Pág. 11
Gráfico 4: Problemáticas mais frequentes – Crianças e Jovens – Ano 2008	Pág. 11
Gráfico 5: População Directa – Famílias – Ano 2008	Pág. 12
Gráfico 6: Problemáticas mais frequentes – Famílias – Ano 2008	Pág. 13
Gráfico 7: População Indirecta – Ano 2008	Pág. 14
Gráfico 8: Actividades desenvolvidas por área de intervenção – Ano 2008	Pág. 15
Gráfico 9: Resultados obtidos por área de intervenção – Ano 2008	Pág. 16
Gráfico 10: Resultados obtidos junto das crianças/jovens – Ano 2008	Pág. 17
Gráfico 11: Resultados obtidos junto das famílias/comunidade – Ano 2008	Pág. 17
Gráfico 12: Tipo de Entidades Parceiras – Ano 2008	Pág. 19

1 – ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA

O Programa Ser Criança foi criado nos termos do Despacho n.º 26/MSSS/95, de 28 de Dezembro e regulamentado pelo Despacho n.º 3269/2000, de 17 de Janeiro, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, publicado no DR, II Série de 10 de Fevereiro, posteriormente alterado pelo Despacho n.º 8874/2002, de 27 de Março, do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, publicado no DR, II Série de 30 de Abril e pelo Despacho n.º 6580/2005, de 2 de Março, publicado no DR n.º 62, II Série, de 30 de Março.

Através do apoio ao desenvolvimento de projectos de incidência na família e na comunidade, o Programa promove a experimentação de novas metodologias de intervenção e investigação-acção, tendo subjacente a prevenção e eliminação de situações de desprotecção social que atingem as crianças/jovens e suas famílias. Neste contexto, o Programa visa a integração familiar e sócio-educativa de crianças em risco de exclusão e marginalização social e familiar, numa perspectiva de prevenção e actuação precoce, procurando promover condições adequadas para o seu desenvolvimento global e para o exercício pleno da sua cidadania.

De âmbito nacional, o Programa consubstancia-se em projectos que reflectem os seguintes princípios gerais:

- a) Participação das crianças e/ou jovens e suas famílias como agentes do seu próprio processo de mudança;
- b) Envolvimento comunitário mediante o estabelecimento e integração de redes de solidariedade locais;
- c) Parceria interinstitucional e intersectorial, integrando vários saberes e perspectivas pertinentes para as áreas de actuação do projecto, garantindo o desenvolvimento de uma intervenção integrada, participada e coordenada territorialmente e a sustentabilidade pós-projecto;
- d) Intervenção precoce, promovendo respostas que actuem preventivamente nos factores de risco social e ou de deficiência que afectam as crianças, evitando situações de risco, de marginalização e exclusão social;

- e) Flexibilidade e inovação, motivando o desenvolvimento de capacidades criativas na acção, de modo a demarcar-se das respostas tradicionais;
- f) Avaliação da intervenção, enquanto processo sistemático, participado, aberto e pluridisciplinar respeitante a processos e resultados.

O financiamento do Programa Ser Criança é assegurado por verbas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, provenientes da Lotaria Instantânea.

O perfil dos projectos financiados no âmbito do Programa reflecte, tendencialmente, uma intervenção alargada no tempo (máximo 36 meses) que é localmente suportada por uma parceria constituída por entidades diversificadas.

Os projectos podem ser financiados a 100% dos custos elegíveis, não podendo o financiamento ultrapassar, na duração total do projecto, € 250.000.

Ainda que reconhecendo o cariz inovador e potenciador de mudanças junto das populações destinatárias das actividades dos projectos, foi entendimento da Tutela, em 2006, que não voltariam a ser abertas candidaturas ao Programa Ser Criança, pelo que os projectos então em execução terminariam todos até 31 de Dezembro de 2008.

Tal decisão foi justificada pelo facto de, através da Portaria n.º 730/2004, de 24 de Junho ter sido criado o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE) que é regulamentado pelo Despacho n.º 25/2005, de 3 de Janeiro, programa este que contempla e propicia o tipo de intervenções que ao longo dos anos têm vindo a ser desenvolvidas através do Programa Ser Criança, designadamente ao nível da sua MEDIDA 2, que visa apoiar o desenvolvimento de projectos que promovam a inclusão e a melhoria das condições de vida de grupos específicos. Um destes grupos é, precisamente, o grupo das crianças e jovens em risco pelo que se entendeu existir uma sobreposição de intervenções, bem como uma duplicação de fontes de financiamento, por relação ao Programa Ser Criança.

Por outro lado, e tendo em consideração que os projectos em curso no âmbito de Progride terminarão em 2010 e que não era intenção da Tutela abrir novas candidaturas neste âmbito, no ano de 2006 começou a trabalhar-se no sentido de criar um novo programa que, de alguma forma, viesse dar continuidade ao tipo de

intervenção desenvolvida no âmbito do Progride. É neste contexto que surge o Programa dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS – criado pela Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril e que tem por objectivo promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, de forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Aplicando-se a todo o território nacional, o Programa dos CLDS aposta numa concentração de recursos em 5 eixos de intervenção: emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições e informação e acessibilidade.

É justamente no eixo da intervenção familiar e parental que, à semelhança do já descrito para o Programa Progride, é possível observar uma sobreposição com o Programa Ser Criança, quer ao nível do grupo alvo de intervenção, quer dos objectivos que se pretendem alcançar.

Neste contexto, o presente relatório reflecte aquilo que foi a actividade dos projectos durante o ano de 2008 e que corresponde, igualmente, ao seu último ano de execução, bem como ao fim do Programa Ser Criança.

2 – SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA

2.1 – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJECTOS

A Gestão do Programa Ser Criança é da responsabilidade do Instituto de Segurança Social, I.P., competindo ao Gabinete de Apoio a Programas proceder à monitorização e avaliação dos projectos e ao acompanhamento da execução do programa, em articulação com as UDS dos Centros Distritais.

Com efeito, e de acordo com o n.º 1 e 2 do artigo 32º do Regulamento do Programa Ser Criança a gestão, acompanhamento e avaliação do Programa, é da competência dos Serviços Centrais do ISS, I.P., em articulação com os seus serviços distritais. Compete, ainda, ao ISS, I.P. providenciar os instrumentos e os meios que garantam a realização de adequados processos de acompanhamento, controlo e avaliação da execução física e financeira do Programa.

Neste contexto, foi considerado prioritário, em 2008, elaborar um Manual de Procedimentos para o Programa Ser Criança, bem como um Manual de Acompanhamento, assim como proceder à definição das competências dos Centros Distritais e do Gabinete de Apoio a Programas.

Neste sentido, a 23 de Junho de 2008 realizou-se, em Lisboa, uma reunião nacional na qual estiveram presentes os interlocutores das áreas técnico-pedagógica e financeira dos distritos que têm projectos Ser Criança em curso, bem como os técnicos do Gabinete de Apoio a Programas. Nesta reunião foi apresentado o Manual de Procedimentos e o Manual de Acompanhamento do Programa, assim como foram apresentadas as Competências do Gabinete de Apoio a Programas e dos Centros Distritais neste âmbito.

No que respeita ao Manual de Procedimentos, foram apresentados os diversos instrumentos de suporte à execução dos projectos: Formulário de Execução Anual, Formulário de Execução Final, Formulário Pedido de Adiantamento (que já existiam), Formulário de Pedido de Alteração e respectivo auxiliar de preenchimento (instrumentos criados em 2008).

No que respeita ao Manual de Acompanhamento e no sentido de dar cumprimento ao definido anteriormente, foram apresentados os modelos e os circuitos de acompanhamento dos projectos aprovados no âmbito do Programa Ser Criança.

Assim, definiu-se que todos os projectos deveriam ser alvo de visitas de acompanhamento por parte dos Centros Distritais, com periodicidade mínima semestral. Estas visitas seriam efectuadas pelo técnico responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico e pelo técnico da área financeira. Sempre que os Centros Distritais e/ou os Serviços Centrais assim o entendessem, poderiam realizar-se visitas conjuntas aos projectos.

Desta forma, ficou definido que, antes da visita de acompanhamento, os interlocutores distritais deveriam informar a entidade da realização da mesma, designadamente data e hora, salientando que a contabilidade da Instituição deveria estar acessível para consulta e que seria de todo o interesse que o TOC estivesse presente; paralelamente deveria ser verificado, junto do GAP/UP, se a entidade já tinha enviado pedidos de adiantamento e/ou se já tinha enviado o relatório anual de execução do projecto, bem

como se já foram emitidas as respectivas Ordens de Pagamento, no fundo, os interlocutores deveriam estar munidos de informações actualizadas sobre cada projecto, assim como deveriam preparar o instrumento de acompanhamento (Formulário de Acompanhamento).

Por outro lado, ficou definido que durante a realização da visita de acompanhamento devem os interlocutores preencher o respectivo *Formulário de Acompanhamento*.

Após a visita de acompanhamento, compete aos interlocutores introduzir, informaticamente, nos *Formulários de Acompanhamento*, os resultados da visita e elaborar o *Relatório de Visita de Acompanhamento* e envia-los ao GAP, ao técnico que acompanha o distrito a fim de serem analisado e incluídos os eventuais contributos, via correio electrónico, tendo sido estipulado um prazo de 5 dias para a realização destas actividades. A emissão de resposta, por parte do GAP, com eventuais contributos, é efectuada no prazo de 5 dias, via correio electrónico.

Nesta sequência, deverão os interlocutores distritais elaborar informação ao Director do respectivo Centro Distrital anexando o *Formulário* e o respectivo *Relatório de Visita de Acompanhamento*, bem como o ofício de envio do relatório à entidade. Com o ofício é enviado à Entidade, em carta registada com aviso de recepção, o *Relatório de Visita de Acompanhamento*.

Todos os documentos elaborados no âmbito da visita de acompanhamento deverão ser remetido ao Gabinete de Apoio a Programas), no prazo de 2 dias.

Em resumo, definiu-se que as competências dos Centros Distritais no âmbito do Programa Ser Criança são:

- 1) Apoio técnico às Entidades;
- 2) Acompanhamento, apoio e monitorização da execução dos projectos;
- 3) Realização de visitas de acompanhamento aos projectos (semestrais) e elaboração dos respectivos relatórios;
- 4) Dar resposta pontual a solicitações de pareceres relativos a:
 - Pedidos de alteração à decisão
 - Relatórios de execução anuais
 - Relatórios de execução finais
 - Pedidos de adiamento

Ao Gabinete de Apoio a Programas compete:

- 1) Analisar os Pedidos de Alteração à Decisão;
- 2) Analisar os Pedidos de Adiantamento;
- 3) Analisar os Formulários de Execução Anuais/Finais;
- 4) Analisar os Formulários de Visita de Acompanhamento;
- 5) Dar contributos nos Relatórios de Visita de Acompanhamento;
- 6) Realizar visitas de acompanhamento pontuais.

Na sequência da apresentação do Manual de Procedimentos e do Manual de Acompanhamento do Programa na reunião de 23 de Junho de 2008, foram efectuadas visitas de acompanhamento aos projectos em execução.

Quadro 1: Visitas de Acompanhamento efectuadas em 2008

PROJECTO	DISTRITO	CONCELHO	N.º VISITAS EFECTUADAS	DATA DE REALIZAÇÃO DAS VISITAS
Escola, Família e Comunidade: uma parceria para incluir	Porto	Matosinhos	1	22/12/2008
Bem Crescer	Coimbra	Oliveira do Hospital	0	-----
Meninos da Ria	Aveiro	Estarreja	1	27-11-2008
(Re)Desenhar Famílias	Aveiro	Vale de Cambra	1	27-11-2008
Estar de Esperança – Gravidez e Maternidade Precoce na Adolescência	Lisboa	Lisboa	1	03-12-2008
Fisga	Santarém	Torres Novas	1	08-09-2008
Educar para o Futuro	Santarém	Coruche	1	03-09-2008
CIPAF – Centro de Intervenção Precoce, Aconselhamento e Formação Familiar	Açores	Angra do Heroísmo	1	14-10-2008
Trevo	Açores	Lagoa	1	31-10-2008

Fonte: Formulários de Acompanhamento e Relatórios de Visita de Acompanhamento remetidos ao GAP – Programa Ser Criança

A análise do Quadro 1 permite verificar que todos os projectos, à excepção do Projecto “Bem Crescer”, Distrito de Coimbra, Concelho de Oliveira do Hospital, tiveram uma

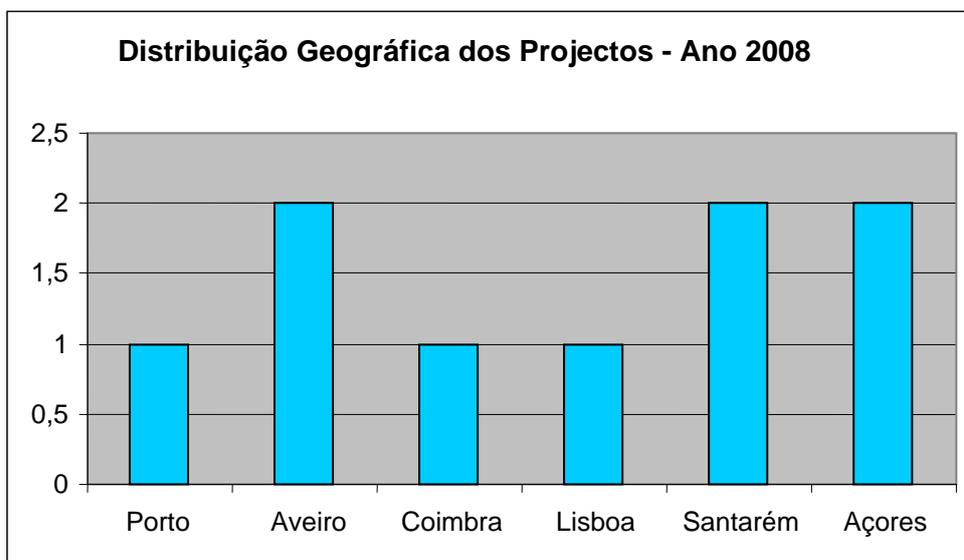
visita de acompanhamento, tendo sido verificados os dossiers técnico-pedagógicos e contabilístico-financeiros.

3 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA

3.1. EXECUÇÃO FÍSICA

3.1.1. Distribuição Geográfica dos Projectos

Gráfico 1: Distribuição geográfica dos projectos – Ano 2008

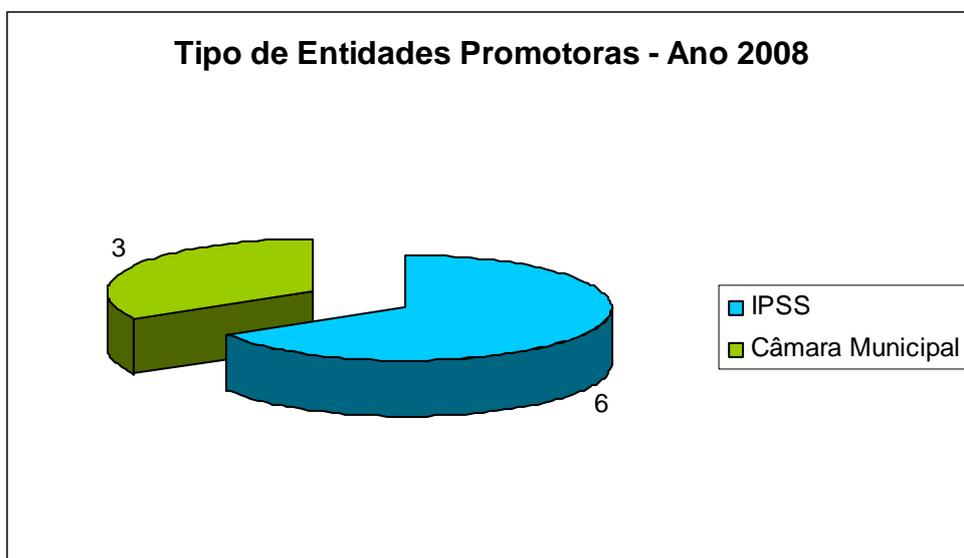


Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

A leitura do gráfico acima permite verificar que no âmbito da candidatura de 2005 encontram-se em execução 9 projectos – 1 no distrito do Porto, 2 no distrito de Aveiro, 1 no Distrito de Coimbra, 1 no distrito de Lisboa, 2 no distrito de Santarém e 2 na Região Autónoma dos Açores.

3.1.2. Tipo de Entidades

Gráfico 2: Tipo de Entidades Promotoras – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

Dos 9 projectos em execução em 2008, 6 têm como Entidades Promotoras Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e 3 Câmaras Municipais. Neste último caso, e tendo em consideração o n.º 3 do artigo 5º do Regulamento do Programa Ser Criança, nestes 3 projectos a figura de Entidade Executora é assumida por IPSS.

3.1.3. População Directa e Indirecta

População Directa

Tipo de População: Crianças e Jovens

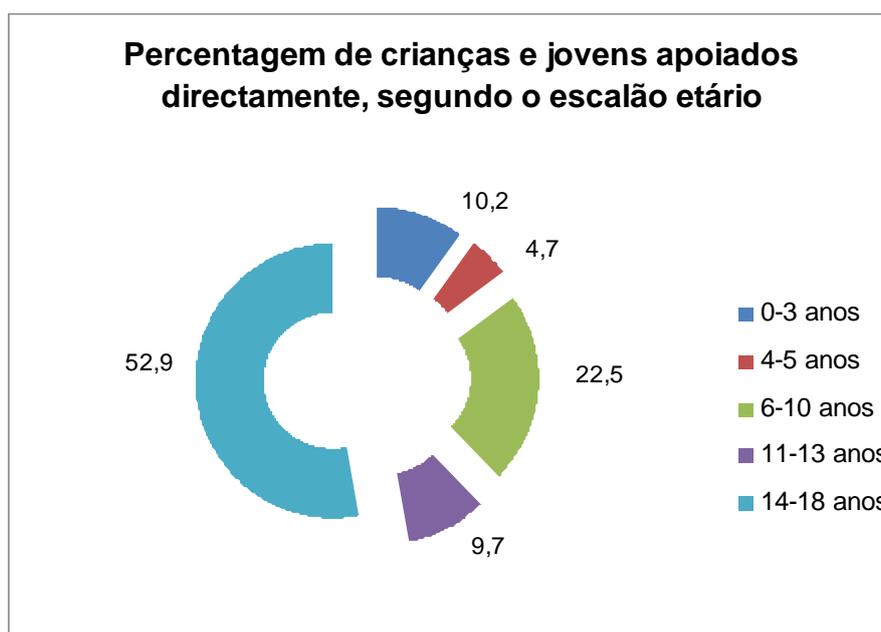
Quadro 2: População Directa – Crianças e Jovens – Ano 2008

Distritos	Crianças e Jovens					TOTAL
	0-3 Anos	4-5 Anos	6-10 Anos	11-13 Anos	14-18 Anos	
Açores	18	7	1	1	54	81
Aveiro	37	14	17	19	24	111
Coimbra	22	8	24	10	11	75
Lisboa	107	34	0	67	700	908
Porto	0	0	1	44	52	97
Santarém	0	21	362	33	112	528
TOTAL	184	84	405	174	953	1800

Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

Durante o ano de 2008, a intervenção dos projectos efectuou-se directamente junto de um total de 1800 crianças e jovens, com particular destaque para o escalão etário compreendido entre os 14 e os 18 anos, com um total de 953 crianças e jovens apoiados. A figura seguinte permite verificar que foi junto deste escalão etário que os projectos mais centraram a sua intervenção, uma vez que corresponde a 52,9% do total das crianças e jovens directamente apoiadas. Segue-se o escalão etário dos 6 aos 10 anos (com 22,5%) e o dos 0 aos 3 anos (10,2%).

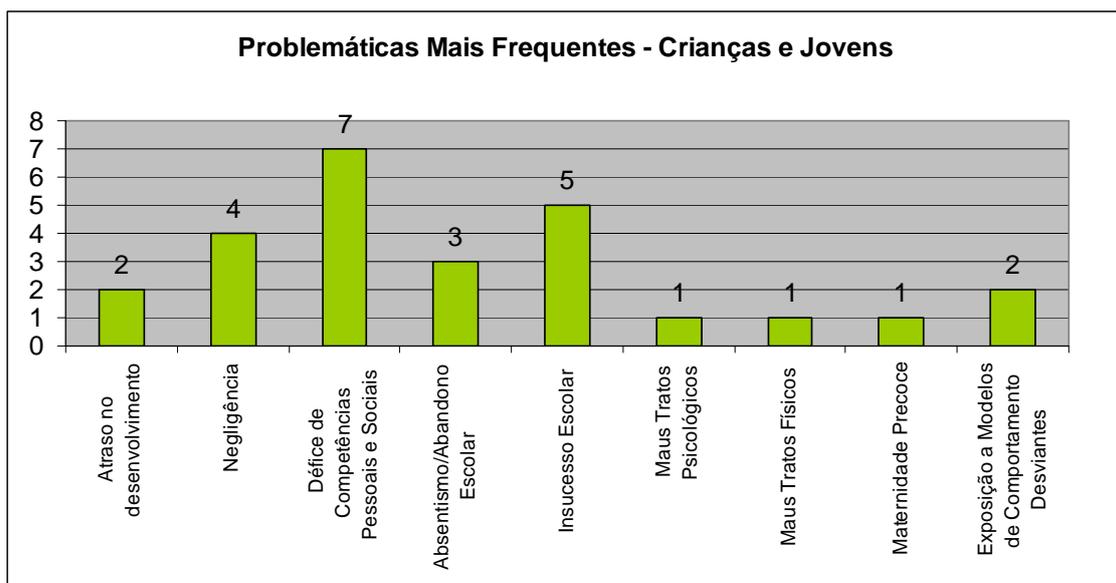
Gráfico 3: Percentagem de crianças e jovens apoiados directamente, segundo o escalão etário – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

Relativamente às problemáticas mais frequentes, o défice de competências pessoais e sociais junto das crianças e dos jovens apoiados directamente é identificado por 7 dos projectos em análise, seguindo-se as situações de insucesso escolar (referidas por 5 projectos) e a negligência, problemática referida como muito frequente junto de 4 projectos.

Gráfico 4: Problemáticas mais frequentes – Crianças e Jovens – Ano 2008

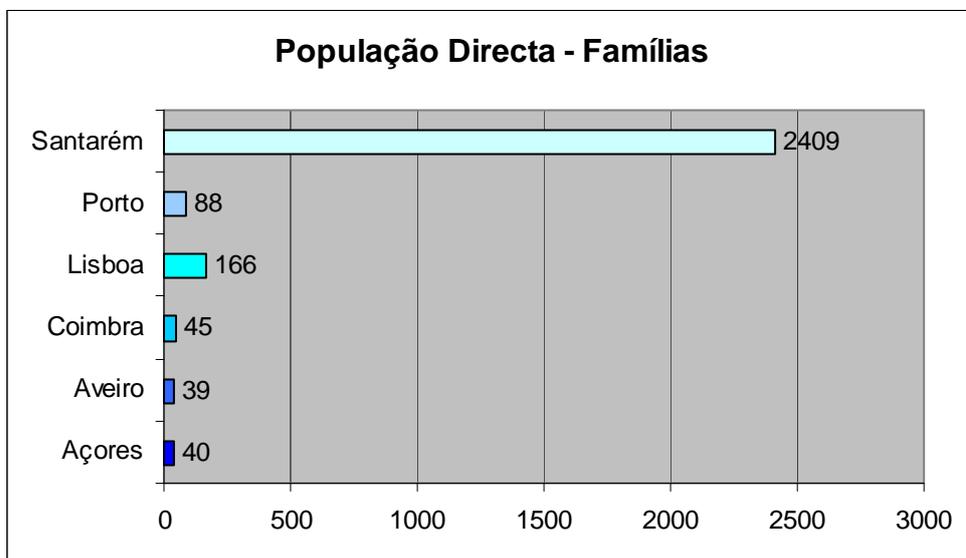


Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

População Directa

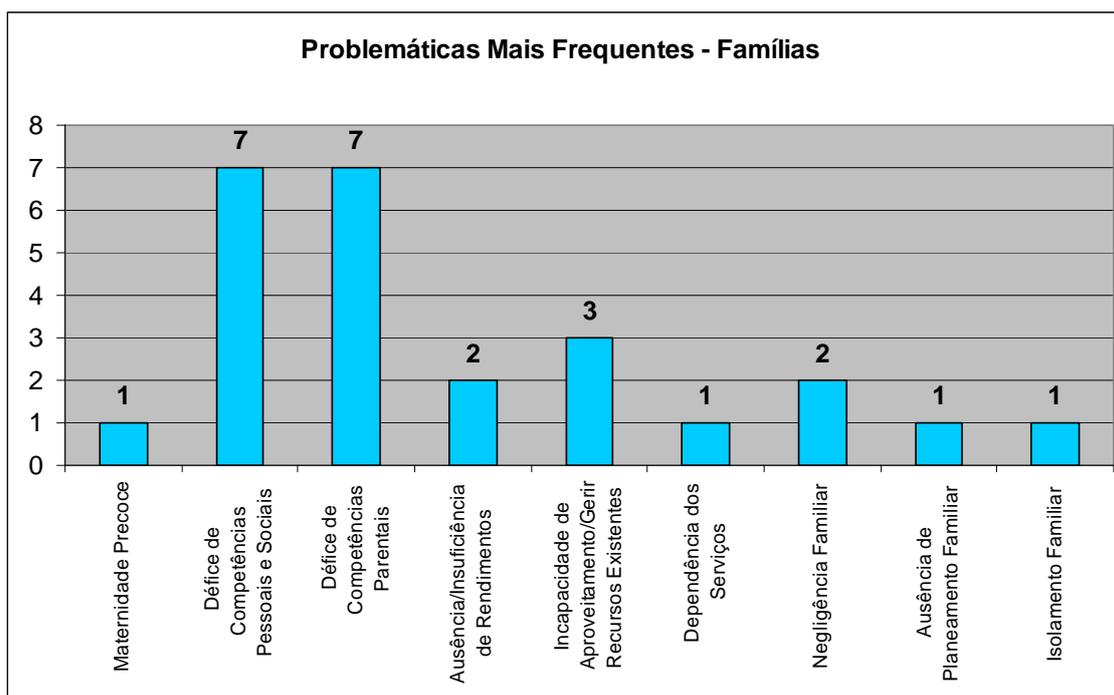
Tipo de População: Famílias

Gráfico 5: População Directa – Famílias – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

A análise do gráfico acima permite verificar que, em 2008, os projectos Ser Criança apoiaram directamente um total de 2787 famílias, destacando-se como problemáticas mais significativas junto das mesmas o “défice de competências parentais” e o “défice de competências pessoais e sociais” ambos referidos por 7 dos projectos em análise, tal como se pode observar na figura seguinte.

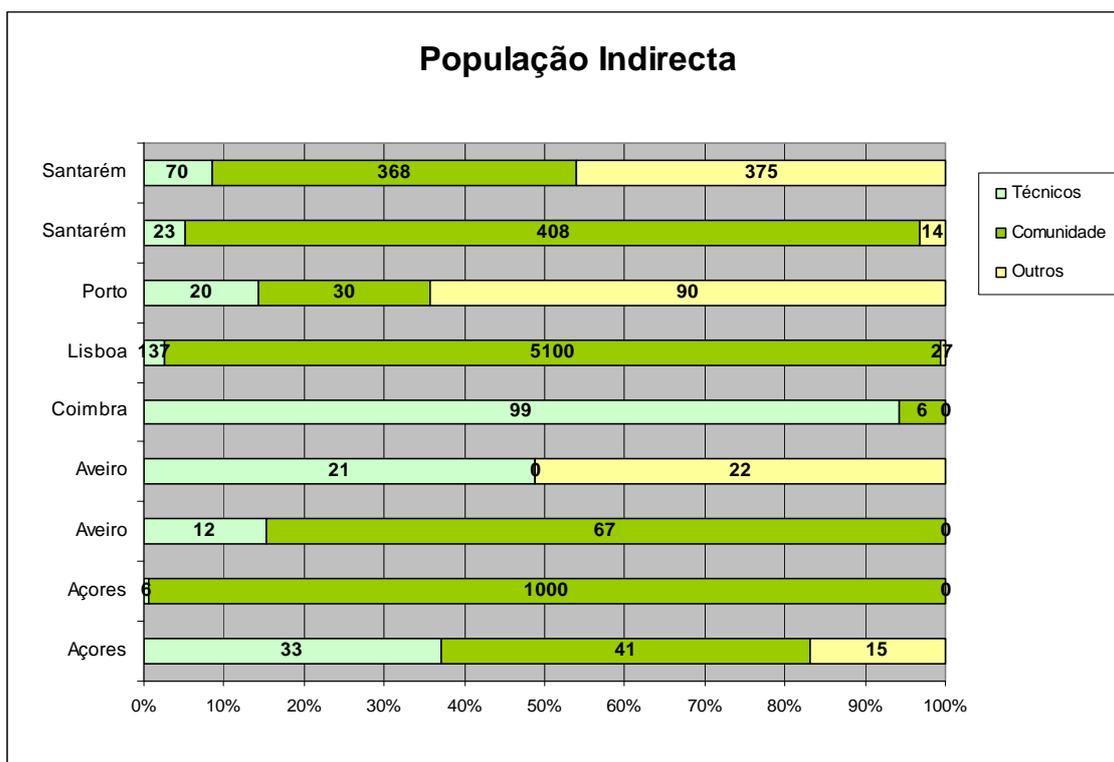
Gráfico 6: Problemáticas mais frequentes – Famílias – Ano 2008

Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

Tendo em consideração que o Programa Ser Criança apoia o desenvolvimento de projectos de incidência não só na família, mas também na comunidade, nomeadamente através do desenvolvimento de acções de sensibilização/formação e que se pretende qualificar, através de formação, os agentes de intervenção, importa aferir o tipo de população que, indirectamente, beneficiou das actividades desenvolvidas pelos projectos. Neste contexto, o gráfico abaixo revela que, em 2008, 7984 pessoas beneficiaram indirectamente do apoio e das actividades desenvolvidas pelos projectos. Destas, 7020 pertenciam à comunidade em geral, 421 foi o número de técnicos abrangidos e 543 pessoas, designadamente médicos, amas, professores, auxiliares de educação e funcionários de instituições, integrados na categoria “outros”, beneficiaram indirectamente das actividades desenvolvidas em 2008.

População Indirecta

Gráfico 7: População Indirecta – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

3.1.4. Actividades Desenvolvidas

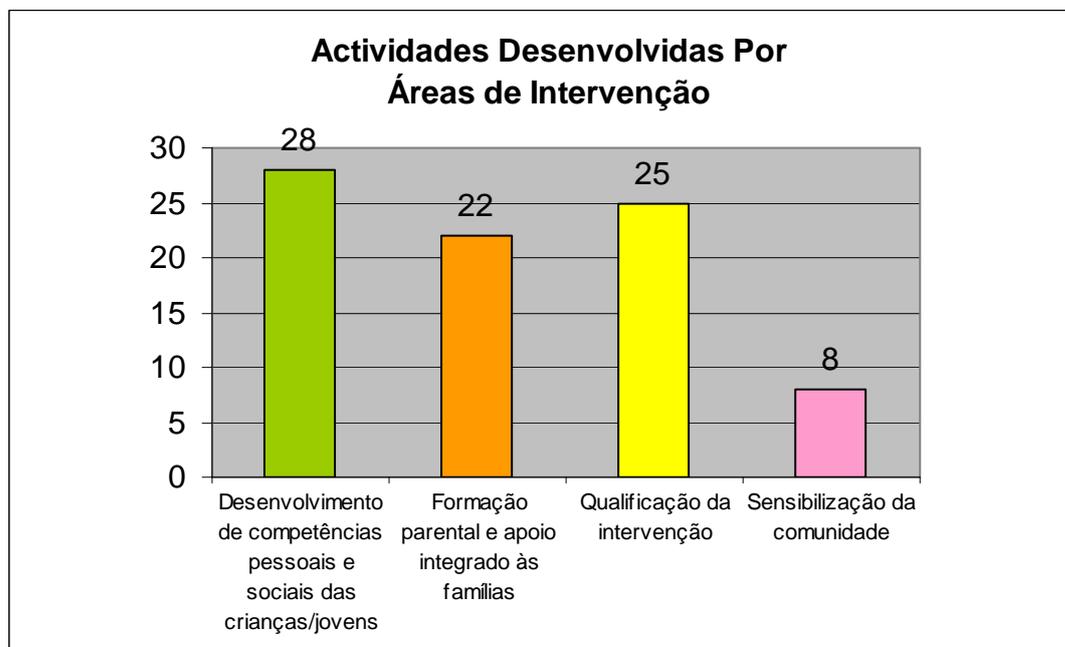
O Artigo 7º do Regulamento do Programa Ser Criança refere que os projectos deverão proporcionar o desenvolvimento de respostas que promovam a inclusão social das crianças, jovens e famílias em situação de desprotecção social que, numa perspectiva preventiva, integrada e sistémica se enquadrem nas seguintes 4 áreas de intervenção:

1. Desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças/jovens;
2. Formação parental e apoio integrado às famílias;
3. Qualificação da intervenção, nomeadamente através da formação dos agentes de intervenção e da produção de estudos/investigações;
4. Sensibilização da comunidade, nomeadamente através do desenvolvimento de acções de sensibilização/formação da comunidade envolvente.

Tendo em consideração a multiplicidade e a diversidade das actividades desenvolvidas pelos projectos e de forma a tornar possível a sua representação gráfica, optou-se por agrupar as referidas actividades em função daquelas 4 áreas de intervenção.

De referir, igualmente, que não é possível apresentar o número total de população abrangida pelas actividades, por área de intervenção, uma vez que os destinatários apoiados em cada projecto são-o ao nível das diferentes áreas de intervenção, pelo que se estaria a contabilizar várias vezes a mesma população.

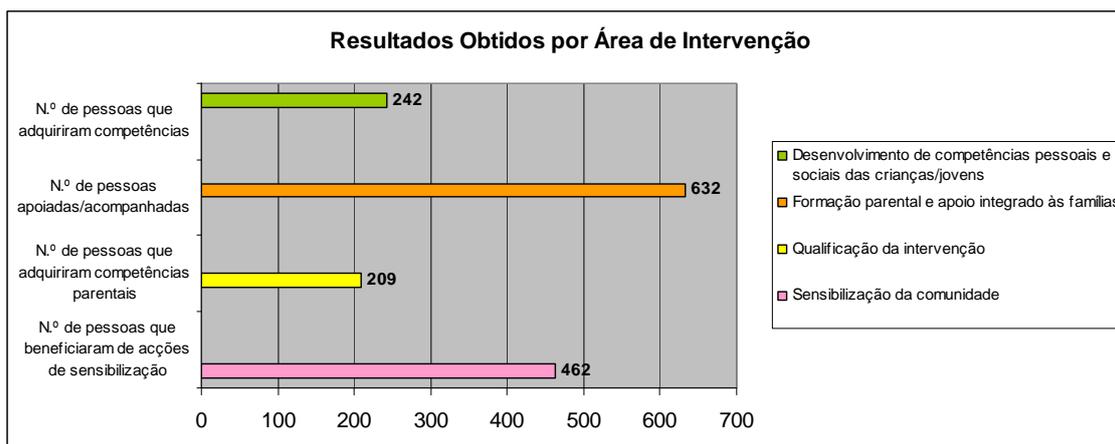
Gráfico 8: Actividades desenvolvidas por área de intervenção – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

O gráfico 8 revela que, globalmente, os projectos em execução em 2008 desenvolveram um total de 83 actividades agrupadas, tal como explicitado anteriormente, pelas 4 áreas de intervenção definidas em regulamento. Neste sentido, verifica-se que os projectos apostaram mais fortemente em actividades que se enquadram no desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças/jovens (28 actividades), seguindo-se a qualificação da intervenção (25 actividades) e a formação parental e apoio integrado às famílias (22 actividades).

3.1.5. Resultados

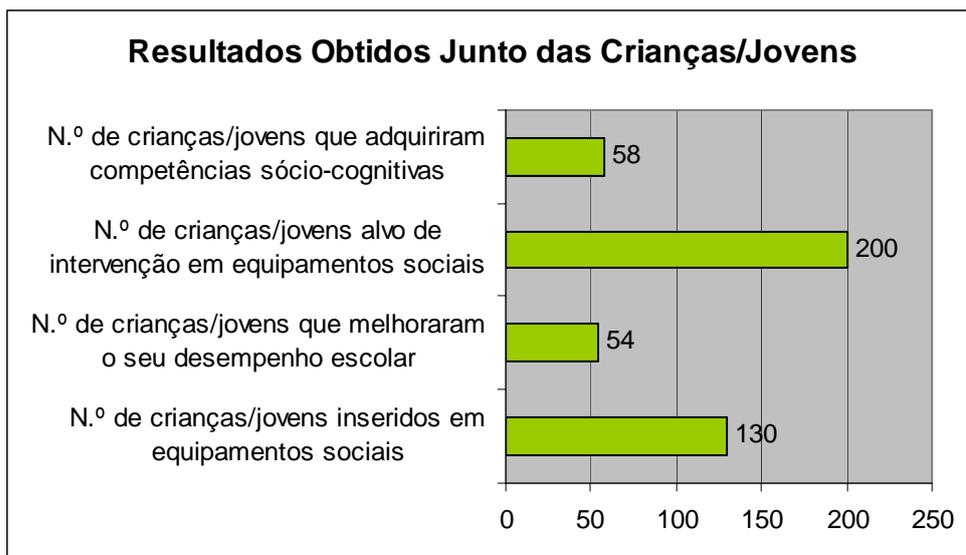
Gráfico 9: Resultados obtidos por área de intervenção – Ano 2008

Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

O gráfico n.º 9 permite observar que, em 2008, para o total dos projectos em análise, foi possível alcançar resultados junto de 1545 pessoas.

Os resultados obtidos, por área de intervenção, são mais significativos ao nível da “formação parental e apoio integrado às famílias”, dado que 632 pessoas beneficiaram daquele tipo de formação e apoio, seguindo-se a “sensibilização da comunidade”, efectuada junto de 462 pessoas. Por outro lado, as actividades desenvolvidas pelo conjunto dos projectos em referência possibilitaram o desenvolvimento de competências pessoais e sociais em 242 crianças e jovens, enquanto 209 pessoas adquiriram competências parentais.

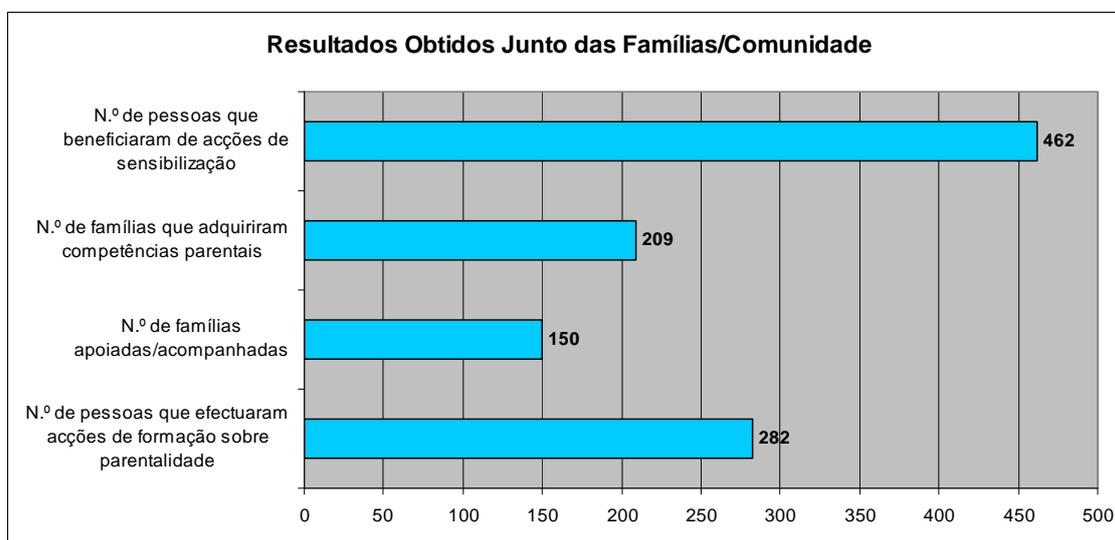
Gráfico 10: Resultados obtidos junto das crianças/jovens – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

Se apenas tomarmos em consideração os resultados obtidos junto das crianças/jovens (gráfico 10), verificamos que, em 2008, 200 crianças/jovens foram alvo de intervenção em equipamentos sociais e 130 foram inseridos neste tipo de equipamentos. Por outro lado, 58 crianças/jovens adquiriram competências sócio-cognitivas e 54 melhoraram o seu desempenho escolar.

Gráfico 11: Resultados obtidos junto das Famílias/Comunidade – Ano 2008



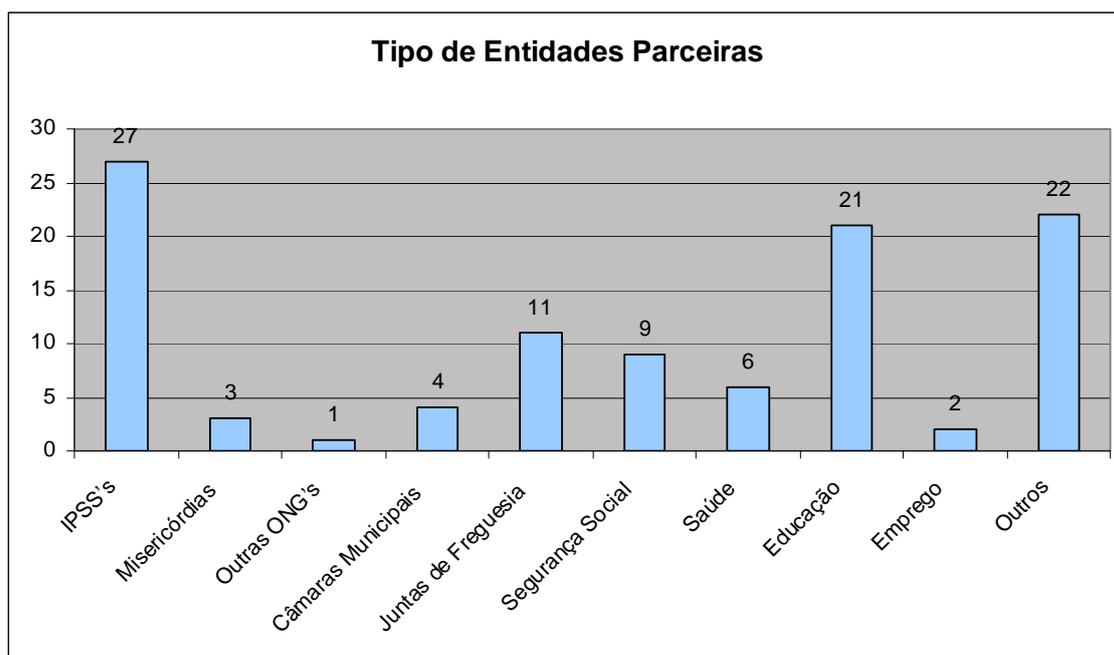
Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

Ao nível das famílias e da comunidade em geral, as actividades desenvolvidas pelos projectos no âmbito do Programa Ser Criança possibilitaram que 462 pessoas beneficiassem de acções de sensibilização e que 282 pessoas efectuassem acções de formação sobre parentalidade. Foram apoiadas/acompanhadas um total de 150 famílias e o trabalho desenvolvido pelos projectos possibilitou a aquisição de competências parentais junto de 209 famílias.

3.1.6. Tipo de Conselho de Parceiros

Foi entendimento do legislador definir como um dos princípios gerais para a concepção e execução dos projectos a parceria interinstitucional e intersectorial, de direito privado e público, integradora de diferentes saberes e perspectivas de forma a garantir o desenvolvimento de intervenções integradas, participadas e coordenadas territorialmente, bem como, a sustentabilidade futura das acções desenvolvidas. Neste sentido, as parcerias de suporte ao desenvolvimento das acções propostas consubstanciam-se no estabelecimento de um acordo de parceria, com duração idêntica à do projecto e na constituição de um conselho de parceiros, no prazo de 60 dias a contar da data de conhecimento da decisão de aprovação que terá competência para aprovar os pedidos de alteração aos orçamentos e acções constantes da decisão de aprovação, bem como os relatórios de execução anual e final.

Gráfico 12: Tipo de Entidades Parceiras – Ano 2008



Fonte: Relatórios de Execução 2008 – Programa Ser Criança

O gráfico acima permite constatar, desde logo, que a Segurança Social é entidade parceira de todos os projectos, em consonância com o disposto no n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Execução do Programa Ser Criança. Maioritariamente, as entidades que integram os conselhos de parceiros dos projectos são “IPSS’s” e “Outros” tipos de entidades, designadamente Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, associações recreativas e culturais, bombeiros, Rede Social, rádio local e banco local de voluntariado. Destaca-se, igualmente, a forte presença das entidades da área da “Educação” o que, aliás, vem ao encontro das problemáticas identificadas como mais significativas junto das crianças e jovens, uma vez que a problemática do absentismo/abandono escolar e o insucesso escolar assumem, no seu conjunto, um peso significativo no universo dos projectos em análise.

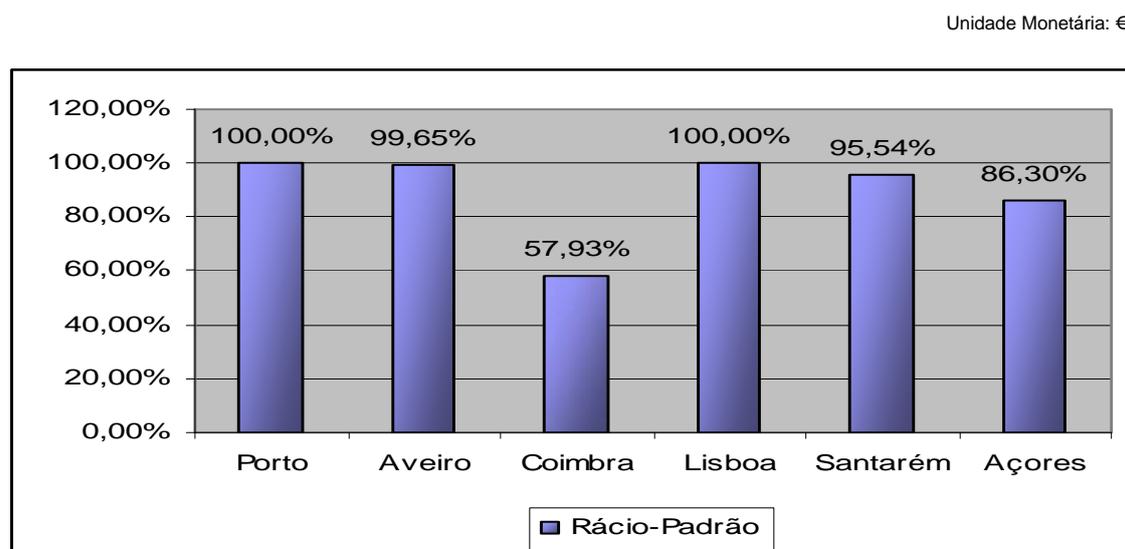
3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Neste ponto apresenta-se uma breve análise da evolução da execução do projectos no ano de 2008, no âmbito do Programa Ser Criança.

No período em análise, em termos globais, verifica-se que os distritos que apresentam maior execução são o do Porto e o de Lisboa apresentando um rácio padrão ⁽¹⁾ na ordem dos 100%.

Importa realçar que em todos os distritos, se verifica um aumento na execução do Programa com uma melhor performance no aproveitamento dos recursos disponíveis, aproximando-se deste modo dos montantes de financiamento público atribuídos.

Gráfico13: Execução Financeira em 2008, por distrito



Fonte: Relatório de Execução 2008 - Programa Ser Criança

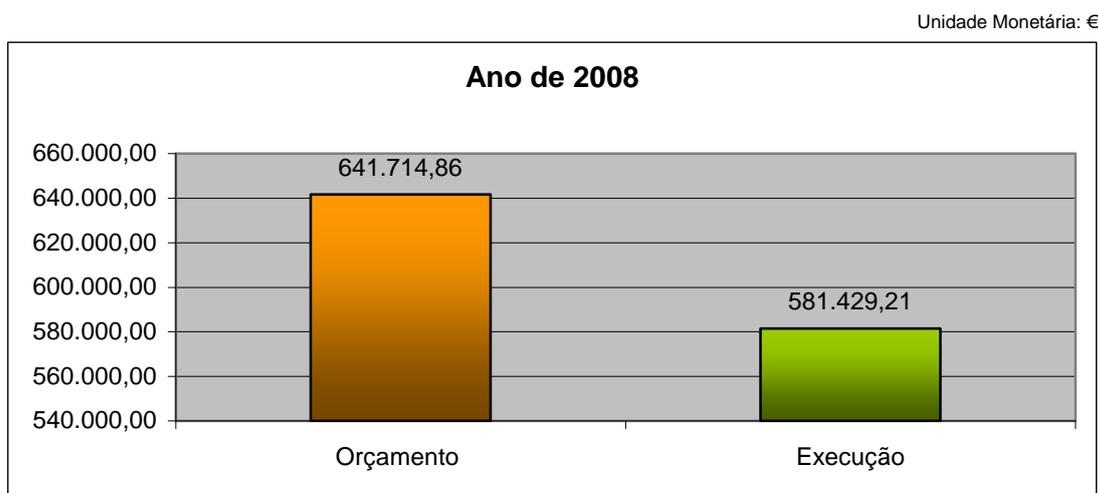
⁽¹⁾ Rácio padrão = execução das entidades / orçamento aprovado

A – Análise da Execução Financeira no ano de 2008

Em termos financeiros a execução das entidades cifraram-se em € 581.429,21, o que se traduz numa taxa de realização de 90,61% relativamente ao orçamento aprovado para o ano de 2008 (€ 641.714,86).

Esta taxa de realização expressa uma prestação de contas, por parte das entidades promotoras dos projecto, aquém do previsto.

Gráfico14: Orçamento/Execução de 2008



Fonte: Relatório de Execução 2008 - Programa Ser Criança

A análise ao rácio padrão, quadro 3 - **Rácio padrão por distrito em 2008** e respectivo **gráfico 15**, pode-se aferir que os distritos que representaram maior execução, na ordem os 100%, foram os distrito do Porto e de Lisboa, ambos com um projecto, comprovando um excelente desempenho na execução do orçamento aprovado.

Em contrapartida, o distrito que representou menor execução, com um orçamento aprovado de € 83.514,93, foi o distrito de Coimbra apresentando como execução o montante de € 48.383,34 o que traduz uma taxa de realização de 57,9%.

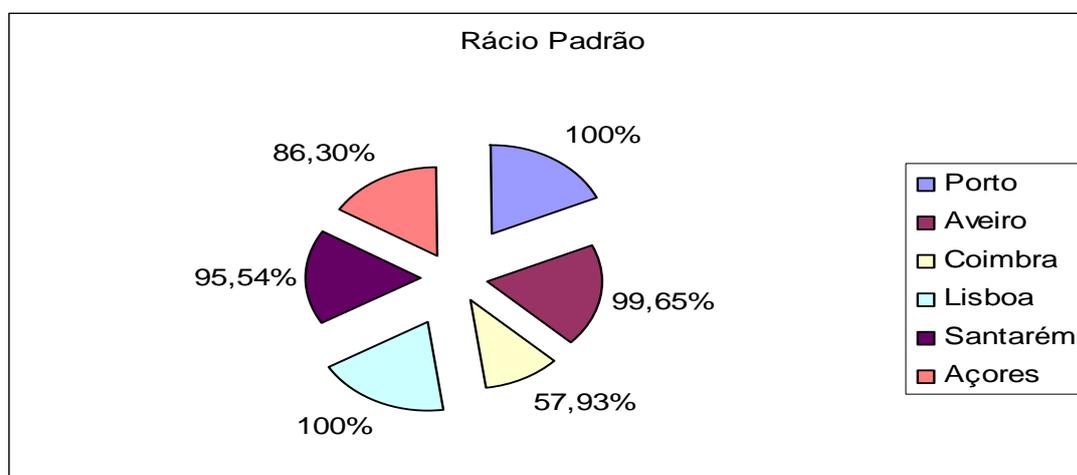
Quadro3 : Rácio padrão por distrito em 2008

Unidade Monetária: €

Distrito	Nº de projectos	Ano 2008		
		Orçamento aprovado 2008 (1)	Execução das Entidades em 2008	Rácio Padrão (2)/(1)
Porto	1	86.542,10	86.542,10	100,0%
Aveiro	2	131.311,86	130.857,17	99,7%
Coimbra	1	83.514,93	48.383,34	57,9%
Lisboa	1	86.116,15	86.116,15	100,0%
Santarém	2	109.611,98	104.720,56	95,5%
Açores	2	144.617,84	124.809,89	86,3%
	9	641.714,86	581.429,21	90,6%

Fonte: Relatório de Execução 2008 - Programa Ser Criança

Gráfico 15: Rácio Padrão por distrito em 2008 (%)



Fonte: Relatório de Execução 2008 - Programa Ser Criança

(1) Rácio padrão = execução das entidades / orçamento aprovado

A análise do quadro 4 **execução por distrito % - 2008** e respectivo **gráfico 16**, permite concluir que o distrito de Aveiro representa 22,51% (€ 130.857,17) da execução total dos projectos, seguido da Região Autónoma dos Açores com 21,47% (€ 124.809,89), com um peso de 18,01% (€ 104.720,56) o distrito de Santarém,

14,88% (€ 86.542,10) o distrito do Porto, 14,81% o distrito de Lisboa e por último, o distrito de Coimbra com 8,32% (€ 48.383,34).

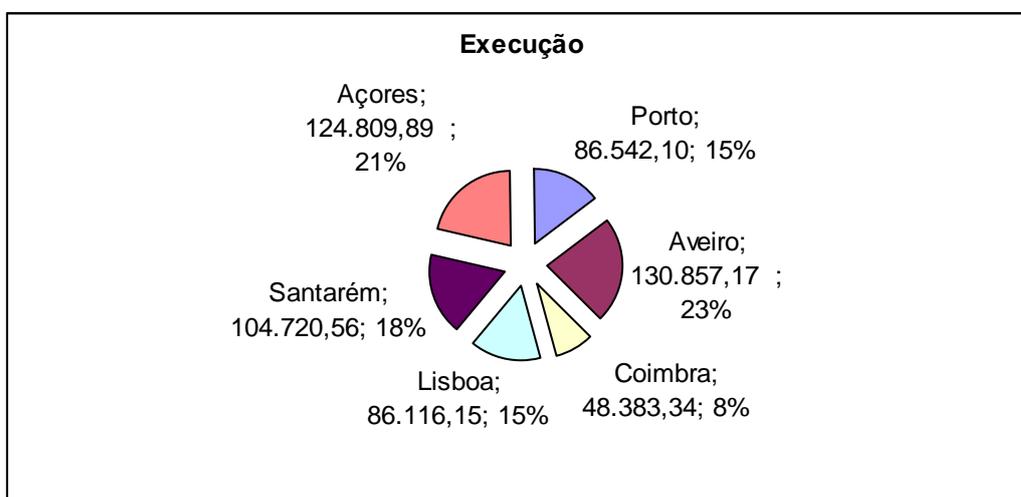
Quadro 4 : Execução por distrito (%) – 2008

Unidade Monetária: €

Distrito	Ano 2008	
	Execução das Entidades em 2008	% Execução
Porto	86.542,10	14,88%
Aveiro	130.857,17	22,51%
Coimbra	48.383,34	8,32%
Lisboa	86.116,15	14,81%
Santarém	104.720,56	18,01%
Açores	124.809,89	21,47%
	581.429,21	

Fonte: Relatório de Execução 2008 - Programa Ser Criança

Gráfico16 : Projectos por distrito (%)



Fonte: Relatório de Execução 2008 - Programa Ser Criança

4. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

De acordo com o n.º 4 do Artigo 31º do Regulamento do Programa Ser Criança, uma das componentes do relatório de execução final consiste num relatório de auto

avaliação do projecto. Ainda que não seja possível proceder a uma avaliação de impactes dos projectos executados e a uma avaliação global do Programa, parece-nos importante e oportuno efectuar uma análise do conteúdo dos referidos relatórios, que traduzem o resultado de um trabalho desenvolvido ao longo de 3 anos.

A estratégia adoptada para analisar os relatórios de auto-avaliação dos projectos passou pela identificação de grandes categorias relativamente às quais foram sinalizados resultados/mudanças. Neste sentido, foram identificados **4 grupos**, relativamente aos quais os projectos descrevem resultados – ao nível das **crianças e jovens**, das **famílias**, das **Entidades Parceiras/Instituições** e, por último, ao nível dos **técnicos**.

Assim, **ao nível das crianças/jovens** os principais resultados/mudanças identificados registam-se ao nível da adopção de hábitos de higiene, a uma melhoria de comportamento, tanto escolar como social (interiorização de que existem regras que têm que ser cumpridas), a uma maior responsabilização e autonomia e à valorização da auto-estima.

Por outro lado, registou-se, igualmente, um maior número de transições de ano escolar, assim como uma maior apropriação dos conteúdos escolares.

Outro aspecto referido enquanto resultado muito positivo respeita ao acesso das crianças e jovens acompanhados pelos projectos Ser Criança a actividades de lazer, durante o período das férias escolares. Com efeito, a conciliação entre a vida familiar e profissional é particularmente problemática durante o período de férias escolares, dada a escassez de equipamentos e serviços de apoio que ocupem as crianças e jovens durante este período. Para as famílias esta é uma questão fundamental, uma vez que, a menor oferta de acompanhamento, é potenciadora de situações desviantes, ao menos tempo que não é rentabilizado o potencial das aprendizagens não formais e cívicas, fundamentais ao crescimento e autonomia das crianças e jovens. As férias escolares constituem, frequentemente, um bem subaproveitado pela inactividade, mas

passível de ser qualificado através do envolvimento de crianças e jovens em actividades que contribuam para o seu desenvolvimento individual, social, cultural e relacional.

Foi bastante valorizado pelas entidades o facto das intervenções em meio natural de vida terem possibilitado combater, pelo menos junto de alguns agregados familiares, as causas dos maus-tratos infligidos às crianças/jovens uma vez que, apesar da protecção social às famílias ter assumido, nos últimos anos, um papel essencial na melhoria do bem-estar das crianças, continuam a existir outros riscos que colocam em causa o pleno desenvolvimento das crianças e a sua própria segurança. Por exemplo, situações de abandono e de negligência, maus-tratos, exposição a modelos de comportamento desviantes, trabalho infantil, bem como outro tipo de situações ou actividades que sujeitam as crianças a comportamentos que afectam a sua segurança, saúde, educação e formação, situações estas que foram atenuadas através das actividades e do acompanhamento desenvolvido pelos projectos junto das famílias.

Ao nível das famílias, as Entidades referiram que se registou uma evolução positiva, uma vez que o acompanhamento psicossocial personalizado permitiu a definição de planos de intervenção/projectos de vida com as famílias e menos sobreposição de intervenções, o que muito contribuiu para a promoção da sua autonomia.

Uma das estratégias mais utilizadas no trabalho com as famílias foi a realização de sessões de informação e sensibilização com o objectivo de promover o desenvolvimento das capacidades das famílias, da redução/eliminação de comportamentos de risco e da promoção de factores de protecção. Com este trabalho ao nível da informação e sensibilização foi possível obter, junto das famílias, mais e melhores competências parentais, pessoais e sociais, e a adopção de hábitos de higiene pessoal, de higiene habitacional, de alimentação e de saúde.

Por outro lado, as Entidades referiram que se denotaram, junto de algumas famílias, mais competências para o adequado exercício da parentalidade, designadamente, uma maior capacidade para a assumpção das funções parentais no que respeita à

assiduidade às aulas, cumprimento dos horários, realização dos trabalhos de casa, e manutenção do material escolar o que revela um maior reconhecimento da importância da formação escolar dos filhos. Verificou-se, igualmente, uma aproximação dos pais ao espaço e aos agentes escolares.

Ainda que a intervenção com este tipo de famílias requeira, obrigatoriamente, uma visão temporal diferente, mais alargada no tempo, que possibilite o estabelecimento de pequenas metas e objectivos realistas, integrados num percurso maior que é a sua reorganização familiar, foi também possível concretizar algumas das medidas definidas nos projectos de vida de cada família, designadamente, maior autonomia na procura de emprego, integração profissional escolar e social, melhoria das competências pessoais, sociais e parentais, e melhoria da qualidade de vida e bem estar.

Ao nível das Entidades Parceiras/Instituições observou-se um elevado grau de comunicação entre todos os envolvidos, que concorreram para o sucesso dos projectos. Com efeito, a mobilização dos agentes locais e a agilização ao nível das práticas de intervenção integradas contribuiu para o fortalecimento do trabalho em rede, bem como para a mobilização de novos parceiros.

Outro aspecto bastante positivo prende-se com o facto de ter sido possível trabalhar com instituições que têm intervenção directa em matéria de infância e juventude, nomeadamente, Centro de Acolhimento Temporário.

Foi igualmente possível observar algumas mudanças ao nível do espaço escolar:, designadamente, melhorias significativas na limpeza dos espaços comuns a par de uma notória diminuição da conflitualidade (entre alunos e entre os alunos e os professores).

Um dos projectos salientou, ainda, que o Programa Ser Criança possibilitou a criação de uma resposta social integrada, com o objectivo de prevenir e intervir precocemente em situações de maus tratos infantis, bem como promover a integração, a diversos níveis, de crianças/jovens e suas famílias em situação de risco e exclusão social.

Ao nível dos técnicos, o trabalho desenvolvido no âmbito dos projectos proporcionou a reflexão sobre as práticas de trabalho existentes, a partilha de experiências, o aperfeiçoamento/reajustamento das metodologias de trabalho, bem como uma melhor gestão do tempo, a promoção/desenvolvimento de estratégias a implementar junto de crianças/jovens, o enriquecimento profissional, um melhor desempenho profissional e mais empenho e mais atenção às necessidades das crianças/jovens.

De salientar, ainda, que a interacção entre os técnicos e os docentes permitiu aproximar os modos de interpretar os problemas de aprendizagem e de comportamento dos jovens, integrando, nesta leitura, a compreensão das condições de socialização extra-escolares, fortemente marcadas por privações materiais, relacionais e culturais.

ANEXOS

ANO 2008

Actividades Desenvolvidas

Projecto Nº	Distritos	Designação da actividade	População Abrangida	
			Tipo	Nº

175-SC-AÇ-05	Açores	Intervenção infantil em idade pré-escolar			
		Intervenção infantil em equipamentos sociais “Beija Flor” (Individual/Grupal)	Crianças	7	
		Intervenção infantil territorializada “A Sementinha”	Crianças	17	
		Intervenção com crianças em idade escolar			
		Colaboração na implementação da actividade “Epicentro”	Crianças/Jovens	9	
		Programa “Tornar-se Mãe”	Famílias	17	
		Ponto de Encontro Familiar	Famílias	6	
		Formação parental e comunitária	Pais/Encarregados de Educação	20	
		Programa “Ser Família” e “Manifesto da Família”	Famílias	41	
		Reuniões técnicas e de avaliação	Técnicos do projecto e Conselho de Parceiros	33	
		Programa de formação contínua	Técnicos do projecto	4	
		Formação “Avaliação e Promoção de Competências Parentais”	Técnicos das entidades parceiras	14	
		Formação “Técnicas Expressivas com Populações em Risco”	Técnicos das entidades parceiras	15	
		Colaboração na formação inicial da Rede de Amas da Ilha Terceira	Amas	15	
		176-SC-AÇ-05	Açores	Aplicação do Plano Individual de Orientação Vocacional	
				Jovens	15
				Famílias	20
				Jovens	45
				Comunidade	1000
Planificação de actividades a desenvolver				Equipa	4
				Famílias	20
				Jovens	45
Dinamização de acções de sensibilização aos jovens pais				Parceiros	3
				Comunidade	75
				Jovens	45
				Comunidade	1500
				Equipa coordenadora/Formadores	4
Envolvimento da comunidade envolvente				Parceiros	10
				Jovens	45
				Comunidade	1000
				Equipa coordenadora/Formadores	6
				Jovens	45
				Equipa coordenadora/Formadores	6
				Entidades/Parceiros	5
Divulgação do projecto e seus objectivos		Jovens	21		
		Entidades	2		
Avaliação do projecto		Famílias	20		
		Jovens	26		

			Equipa / Formadores	6
			Entidades / Comunidade	14
264-SC-C-05	Aveiro	Preparação e divulgação do projecto	Famílias	22
			Crianças/jovens	40
			Parceiros	11
			Comunidade/estruturas sociais	100
		Centro Lúdico	Crianças/jovens	30
		Gabinete de Apoio Psicológico	Crianças/jovens	22
		Gabinete de Apoio Psicológico	Famílias	8
		Escola de Pais	Famílias	20
		Avaliação do Projecto	Crianças/jovens	30
		Avaliação do Projecto	Famílias	20
		Avaliação do Projecto	Equipa do projecto	12
		Avaliação do Projecto	Parceiros	100
283-SC-C-05	Aveiro	Visitas domiciliárias	Famílias em risco sinalizadas pela CPCJ	19
		Acompanhamento social	Famílias em risco	19
		Acompanhamento psicológico	Famílias em risco	5
		Programa desenvolvimento de competências pessoais e sociais	Famílias em situação de risco potencial	19
		Promoção de práticas preventivas de intervenção na infância	Famílias em situação de risco potencial	19
		Workshops Temáticos	Técnicos e não técnicos; IPSS; saúde, educação	43
		Programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e sociais CAT S.Gonçalo, SCM Vale de Cambra	Crianças institucionalizadas	45
		Programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais CAT CVP Vale de Cambra	Profissionais que trabalham com as crianças institucionalizadas no	9
191-SC-C-05	Coimbra	Divulgação do Projecto	Comunidade	2100
			Conselho de Parceiros	15
		Manual de Procedimentos	Técnicos de Intervenção Social Concelhia	25
		Diagnóstico às Famílias/PAI's - Planos de Apoio individualizados	Crianças e Jovens	75
			Famílias em risco	45
		Ser Mãe	Grávidas em risco	5
		Os três saberes: ser, estar e fazer	Crianças e Jovens	75
			Famílias	45

		Ajudar a crescer	Crianças e Jovens	65
			Famílias	44
		Qualificar para intervir	Técnicos	56
		Avaliação	Equipa	4
			Avaliador Externo	1
			Conselho de Parceiros	15
53-SC-LVT-05	Lisboa	Trabalho de Rede	Técnicos Parceiros	8
			Técnicos de instituições de articulação	137
		Formação e Supervisão dos Técnicos da Comunidade	Técnicos em supervisão	10
		Banco de Bens para a Primeira Infância e Grávidas	Grávidas, mães e pais	77
			Crianças	102
		Acções de sensibilização a professores, auxiliares e encarregados de educação	Docentes	23
			Auxiliares	39
		Formação Auxiliares da Escola	Encarregados de educação	19
		Formação de Jovens Mediadores Comunitários	Jovens	38
		Acções de Sensibilização com jovens/crianças	Jovens	581
			Crianças	47
		Construção de materiais de apoio a acções de Jovens para Jovens	Jovens	24
		Acções de Jovens para Jovens	Jovens	700
			Jovens e restante comunidade	5100
			Crianças	67
		Espaços de Atendimento a Jovens na Área da Sexualidade	Jovens	114
		Formação à População Alvo (Grávidas, Mães e Pais Adolescentes)	Grávidas, mães e pais	89
		Apoio aos Projectos de Vida	Jovens	125
			Pais	8
Famílias	77			
Elaboração dos conteúdos do projecto numa publicação	Instituições	15		
164-SC-N-05	Porto	Ateliers de motivação para a aprendizagem escolar	Crianças/jovens	176
		Dinâmica de grupo	Crianças/jovens	176
		Actividades educativas de lazer dentro da escola 3.1 programa de animação desportiva	Crianças/jovens	97
		Actividades educativas de lazer dentro da escola 3.2 Street Soccer for Tolerance		
		Actividades educativas de lazer fora da escola 4.1 Usufruir de bens culturais	Crianças/jovens	97
		Actividades educativas de lazer fora da escola 4.2		

		Férias em movimento		
		Aconselhamento e formação de pais como encarregados de educação	Famílias	95
		Diagnosticar as vulnerabilidades do contexto familiar e do trajecto biográfico	Famílias/Jovens	95
		Dinamização das redes de solidariedade local	Agentes Diversas Instituições	95
		Programar e fomentar reuniões de pais na escola	Familiars dos Jovens e Professores	150
		Workshops destinados aos professores	Professores	70
		Produção /divulgação de materiais resultantes das acções do projecto	Professores	50
		Realização de eventos protagonizados pelos adolescentes	Famílias/Comunidade	250
186-SC-LVT-05	Santarém	Centro de Recursos Materiais	Famílias	57
		Equipa de Intervenção Familiar	Famílias	43
		ATL da escola do 1º CEB Visconde São Gião	Crianças	90
		Gabinete de Mediação Escolar	Crianças / Jovens	47
		Levantamento Actualizado da População Deficiente	Comunidade	396
		Grupos de Auto-Ajuda para famílias com problemas de alcoolismo	Famílias	7
		Grupos de Auto-Ajuda para famílias com problemas psiquiátricos/neurológicos	Famílias	9
		Intervenção em Espaços Nocturnos	Jovens	61
253-SC-LVT-05	Santarém	Eu e a Escola	Crianças	208
			Técnicos	13
		Crescer Feliz	Crianças	95
		Crescer Contigo	Famílias	25
		Saber Mais	Técnicos	57
		Conhecer para Intervir	Comunidade Escolar	375
		Porto Seguro	Crianças	27
			Famílias	9

Áreas de Intervenção – Legenda

- Desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças/jovens
- Formação parental e apoio integrado às famílias
- Qualificação da intervenção, nomeadamente através da formação dos agentes de intervenção e da produção de estudos/investigacões
- Sensibilização da comunidade, nomeadamente através do desenvolvimento de acções de sensibilização/formação da comunidade envolvente

Resultados

Projecto Nº	Distritos	Resultados	Indicadores	Valor do indicador
175-SC-AÇ-05	Açores	“Beija Flor” – Avaliação, Estimulação Precoce, Intervenção Psicológica	N.º de crianças alvo de intervenção directa	23
		“Beija Flor” – Colaboração na elaboração dos planos de intervenção	Nº de educadores de infância	13

		“A Sementinha” - Avaliação, Estimulação Precoce, Intervenção Psicológica, Lúdico-psicológica e Psico-sensorial	Número de educadores de infância	10
		Promoção de Competências Pessoais e Sociais e Familiares	N.º de participantes inseridos na actividade “Epicentro”	9
		Promoção de cuidados de saúde infantil	N.º de crianças a cumprir o plano de saúde infantil	17
		Inserção escolar/profissional	N.º de jovens inseridos a nível escolar/profissional	20
		“Tornar-se Mãe”	N.º de mães/grávidas que aderiram ao Programa	40
		Promoção de cuidados de saúde materna	N.º de mães a cumprir o plano de saúde pré e pós natal	20
		Prevenção de gravidez não planeada	N.º de jovens inseridos em planeamento familiar	20
		Promoção das competências parentais	N.º de crianças abrangidas	20
		Restabelecimento de relações paterno/materno filiais	N.º de crianças/progenitores acompanhados pelo Ponto de Encontro Familiar	6
		“Ser Família” – Mediação escola, família	Número de participantes no Programa	160
		“Manifesto da Família” – Mediação Comunitária	Número de participantes no Programa	160
		Promoção de rede de suporte social	N.º de crianças inseridas em creche/ama	20
176-SC-AÇ-05	Açores	Seleção de um grupo de jovens para frequentar o Programa de Orientação Vocacional e Educacional “Pró-Futuro”	N.º de jovens aptos a iniciar o Programa	10
		Fortalecimento do espírito de grupo e de partilha	N.º de actividades desenvolvidas	43
			N.º de jovens envolvidos nas actividades	45
			N.º de entidades envolvidas nas actividades	5
			N.º de pessoas da comunidade envolvidas nas actividades	10
		Elevado envolvimento da comunidade nas actividades e acções desenvolvidas pelo projecto	N.º de acções de sensibilização dirigidas aos jovens	4
			N.º de acções de sensibilização dirigidas aos pais	2
			N.º de jovens que participaram em acções de sensibilização	32
			N.º de pais que participaram em acções de sensibilização	12
			N.º de artigos na comunicação social	3
Integração de 3 jovens numa empresa para formação em contexto	N.º de jovens inseridos em estágio	26		

		real de trabalho	N.º de entidades envolvidas em estágio	14
264-SC-C-05	Aveiro	Reduzir o absentismo, insucesso e abandono precoce da escola	Nº de crianças/jovens efectivamente envolvidas no projecto	54
		Prevenir comportamentos de risco	Nº de crianças/jovens efectivamente envolvidas no projecto	54
		Valorizar a criança e as suas necessidades no contexto familiar	Nº de crianças/jovens/famílias efectivamente envolvidas no projecto	74
		Potenciar a capacidade de (re)elaborar projectos de vida por parte das famílias	Nº de famílias efectivamente envolvidas no projecto	20
283-SC-C-05	Aveiro	Aumento das competências pessoais, sociais e parentais	Nº Famílias que participam nas actividades	19
		Aumento das competências pessoais e sociais	Nº Crianças/jovens alvo das actividades	45
		Mobilização dos agentes locais para a implementação de metodologias de avaliação/intervenção integradas	Nº Instituições presentes	12
		Integração dos profissionais das instituições parceiras em acções de formação	Nº Participantes	38
		Definição de projectos de vida	Nº Projectos de vida definidos	19
191-SC-C-05	Coimbra	Elaboração de material de divulgação	N.º de boletins elaborados	2
			N.º de artigos de jornal	2
			Nº de folhetos elaborados/revistos	3
		Acompanhamento às famílias	N.º de famílias acompanhadas	45
			N.º de Crianças	75
			N.º de Diagnósticos realizados	45
			N.º de PAI's traçados	42
			Taxa de execução dos PAI's	70%
			N.º de visitas domiciliárias	376
			Grau de Satisfação das famílias - pais	Muito Bom
			Grau de Satisfação das famílias - mães	Bom
			Grau de Satisfação das famílias - outros	Razoável/Mau
			Grau de Satisfação das famílias - Mau	0%
		Acompanhamento às grávidas	N.º de grávidas acompanhadas	5
N.º de PAI's traçados	4			

		Acompanhando psicológico das crianças	N.º de Crianças acompanhadas	25
			N.º de sessões de acompanhamento psicológico	191
		Dinamização de banco de donativos	N.º de famílias acompanhadas	38
			N.º de Crianças	59
			Grau de satisfação das necessidades das famílias	100%
		Criação de parque móvel de recursos	N.º de famílias acompanhadas	10
			N.º de Crianças	11
			Grau de satisfação das necessidades das famílias	100%
		Organização de Seminário	N.º de Inscrições	72
			N.º de participantes	52
53-SC-LVT-05	Lisboa	Envolver as instituições locais com o projecto	N.º de instituições locais envolvidas com o projecto	35
		Formar e supervisionar técnicos da comunidade	N.º de técnicos da comunidade formados e supervisionados	8
		Criação do “Papinhas e Roupinhas” – Banco de Bens para a Primeira Infância e Grávidas	N.º de pessoas que recorrem ao serviço	179
		Sensibilização na área da sexualidade	N.º de pessoas envolvidas nas acções	6817
		Criação de espaços de atendimento na área da sexualidade	N.º de pessoas que recorrem ao serviço	141
		Formação a grávidas, mães e pais jovens	N.º de grávidas, mães e pais jovens em formação	253
		Apoio a projectos de vida	N.º de pessoas apoiadas pelo serviço	253
164-SC-N-05	Porto	Área 1: Elevação dos recursos escolares, culturais e relacionais; melhoria do clima social da escola	- % de adolescentes com sucesso nas avaliações	81%
			- % de adolescentes com continuidade nas actividades	85%
		Área 2: elevação das competências parentais		247
		Estabelecimento de interações entre encarregados de educação e os agentes escolares.	- Nº de interações entre os encarregados de educação e os técnicos do projecto	
		Aprofundamento do conhecimento das condições de existência das famílias.	- Nº de pais com os quais os técnicos estabeleceram interações	102
		Canalização dos recursos comunitários susceptíveis de contribuir para a melhoria das condições de exercício das funções parentais	- Nº de encontros promovidos entre pais e DT/Profs.	74
			- Nº de diagnósticos partilhados com professores	99
			- Nº de instituições com as quais se promove concertação	19
		Área 3: formalização de um dispositivo de inserção escolar adaptado às necessidades dos adolescentes	- Nº de disciplinas em que se está a organizar materiais de estudo	6
		Área 4: Ampliação dos meios disponíveis para prevenir a exclusão escolar e social	- Nº de instituições sensibilizadas para as actividades do projecto	20

			- Nº de indivíduos envolvidos no evento realizado	250
186-SC-LVT-05	Santarém	Distribuição articulada e adequada dos recursos materiais distribuídos pelos parceiros às famílias carenciadas e/ou em situação de risco	N.º de famílias beneficiárias do Centro de Recursos Materiais	57
		Acompanhamento integrado às famílias, privilegiando-as como agentes da sua própria mudança através da aquisição de novas competências e do respeito pelas suas dinâmicas e ritmos, no sentido de, resolverem as problemáticas entre pais e filhos, dificuldades do dia a dia e proporcionando-lhes autonomia e segurança nas decisões a tomar	N.º. de famílias que alteraram os seus hábitos de higiene, alimentação, de gestão doméstica, familiar e profissional	43
			Grau de satisfação das famílias	90%
		Ocupação das crianças da escola do 1.º. CEB de Chancelaria, durante os períodos que medeiam o horário escolar e o horário laboral dos pais, proporcionando um conjunto de actividades lúdicas e pedagógicas	N.º. de crianças a frequentar o ATL	90
		O aluno é o principal agente do seu percurso educativo, através da sua participação activa indo ao encontro das suas necessidades	N.º. de alunos envolvidos nas actividades do Gabinete de Mediação Escolar	47
		Identificação da população deficiente existente no concelho de Torres Novas	N.º de pessoas com deficiência no concelho de Torres Novas	396
		Aquisição de competências para a resolução de problemas derivados do alcoolismo	N.º de famílias alvo de intervenção	7
		Aquisição de competências para a resolução de problemas relacionados com o foro psiquiátrico/neurológico	N.º de famílias alvo de intervenção	7
		O estabelecimento de prioridades de intervenção nas acessibilidades dos edifícios, espaços e percursos públicos, da cidade, pode ser planeado adequadamente, uma vez que, estão identificadas estas necessidades	Nº de Estudo das situações prioritárias de intervenção	1
		Promoção do consumo de bebidas não alcoólicas	N.º de jovens que mediram a sua taxa de alcoolémia	61
		253-SC-LVT-05	Santarém	Aquisição de competências por parte das crianças que participam no Programa Hábitos e Métodos de Estudo ao nível da organização e forma de estudo e controlo de emoções, que facilitem a sua aprendizagem e diminuam o insucesso escolar
Elevação do grau de motivação das crianças relativamente ao estudo	Grau de satisfação das crianças			88
Aquisição de competências pelos jovens que participam no Programa de Competências Sócio-Cognitivas, que os ajudem a melhorar a integração social	Competências adquiridas pelas crianças durante as sessões do Programa			13
		Prevenção da adesão a comportamentos de risco e melhoramento da integração social dos jovens, por via das	Resultados comparativos pela aplicação do CATS no início e fim do Programa de Competências	Positivo

		Competências Sócio-Cognitivas adquiridas			
		O aluno é o principal agente do seu percurso educativo, através da sua participação activa indo ao encontro das suas necessidades	N.º de alunos envolvidos nas actividades do Gabinete de Mediação Escolar	153	
		Aquisição de Competências Parentais que ajudem os pais a lidar de uma forma mais adaptativa e eficaz com os problemas dos seus filhos e que os ajudem a criar um ambiente familiar saudável	N.º de famílias que participaram no Programa de Competências Parentais	25	
			Percentagem de famílias presentes em cada sessão	75%	
			Competências adquiridas pelas famílias durante as sessões do Programa	20	
			N.º de folhetos distribuídos na Acção Apoiar	15.708	
			N.º de panfletos efectivamente recolhidos na Acção Apoiar	15.708	
			N.º de famílias atendidas na Acção Apoiar	11	
			N.º de atendimentos a famílias na Acção Apoiar	14	
			N.º de famílias atendidas na Acção Porto Seguro	9	
			N.º de atendimentos a famílias na Acção Porto Seguro	31	
			N.º de inscrições na Biblioteca Apoiar	4	
			N.º de livros requisitados	8	
			Promoção da integração social e da saúde mental das crianças e jovens, por via da intervenção junto dos pais e/ou familiares	N.º de famílias que participaram no Programa de Competências Parentais	25
				N.º de famílias atendidas na Acção Porto Seguro	9
				N.º de atendimentos a famílias na Acção Porto Seguro	31
		Percentagem de famílias presentes em cada sessão do Programa de Competências Parentais		75%	
		Competências adquiridas pelas famílias durante as sessões do Programa de Competências Parentais		20	
		N.º de folhetos distribuídos na Acção Apoiar		15.708	
		N.º de panfletos efectivamente recolhidos na Acção Apoiar		15.708	
		N.º de famílias atendidas na Acção Apoiar	11		

			N.º de atendimentos realizados a famílias na Acção Apoiar	14
			N.º de inscrições na Biblioteca Apoiar	4
			N.º de livros requisitados	8
		Elevação do nível de qualificação dos técnicos que participem nas acções de formação do projecto nas áreas da saúde, psicologia e educação	Competências adquiridas pelos técnicos durante as acções de formação	10
		Melhor compreensão dos factores que possam estar por detrás do sucesso/insucesso escolar nas crianças e jovens do Concelho de Coruche	Factores de risco e protectores do insucesso e abandono escolar identificados	24
		Melhoramento da integração social e da saúde mental das crianças e jovens e suas famílias, por via do seu acompanhamento psicológico e social	N.º de atendimentos realizados	248
			N.º de casos acompanhados	36
			N.º de casos cessados com sucesso	3
			N.º de casos reincidentes	1
		Aquisição de uma nova visão dos problemas e melhoramento da qualidade do apoio local, por via da informação e sensibilização da comunidade de Coruche sobre as problemáticas que afectam a população alvo deste projecto	N.º de participantes nas acções de sensibilização	368
			N.º de folhetos informativos do projecto recolhidos pela comunidade	240

Áreas de Intervenção – Legenda

- Desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças/jovens
- Formação parental e apoio integrado às famílias
- Qualificação da intervenção, nomeadamente através da formação dos agentes de intervenção e da produção de estudos/investigações
- Sensibilização da comunidade, nomeadamente através do desenvolvimento de acções de sensibilização/formação da comunidade envolvente